



Centro Social

Paroquial de Avidos

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020

Índice

Balanço	3
Demonstração de Resultados por Natureza	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	6
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	13
5. Ativos Fixos Tangíveis	13
6. Inventários	14
7. Rédito	14
8. Benefícios dos empregados	14
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
10. Outras Informações	15
10.1. Clientes e Utentes	15
10.2. Outras contas a receber	15
10.3. Diferimentos	16
10.4. Caixa e Depósitos Bancários	16
10.5. Fundos Patrimoniais	16
10.6. Fornecedores	16
10.7. Estado e Outros Entes Públicos	17
10.8. Outras Contas a Pagar	17
10.9. Subsídios, doações e legados à exploração	17
10.10. Fornecimentos e serviços externos	18
10.11. Outros rendimentos e ganhos	18
10.12. Outros gastos e perdas	19
10.13. Resultados Financeiros	19
10.14. Acontecimentos após data de Balanço	19

Balço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

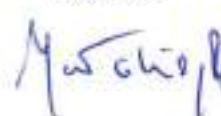
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2020	31/12/2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2 033 815,80	2 063 295,19
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		10 878,79	6 780,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2 044 694,59	2 070 076,02
Activo corrente			
Inventários		3 784,54	5 073,63
Clientes	10.1	51 099,56	56 892,91
Adiantamentos a fornecedores		0,00	
Estado e outros Entes Públicos		1 065,45	1 081,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	10.2	0,00	2 904,84
Diferimentos	10.3	4 275,85	
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	10.4	162 323,63	205 096,75
Subtotal		222 549,03	271 049,37
Total do activo		2 267 243,62	2 341 125,39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	10.5		
Fundos		4 987,98	4 987,98
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transmitidos		1 035 044,69	1 541 274,37
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		251 239,70	295 961,88
Resultado líquido do período		23 673,81	-506 229,68
Total do fundo do capital		1 314 946,18	1 335 994,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		616 072,44	616 072,44
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		616 072,44	616 072,44
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	86 928,88	39 134,25
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	10.7	14 166,71	19 086,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		130 117,75	173 012,05
Diferimentos	10.3		
Outras contas a pagar	10.8	145 011,86	157 826,16
Outros passivos financeiros			
Subtotal		316 225,00	389 058,40
Total do passivo		952 297,44	1 005 130,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 267 243,62	2 341 125,39

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PRESIDENTE



Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	698 126,67	761 389,84
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	422 559,69	382 503,66
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-116 996,45	-145 836,41
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-169 224,36	-184 164,91
Gastos com o pessoal	8	-824 644,83	-794 664,69
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	-616 072,44
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	10.11	92 596,29	171 360,23
Outros gastos e perdas	10.12	0,00	-741,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		102 417,01	-426 226,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-75 552,01	-74 798,69
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 865,00	-501 024,71
Juros e rendimentos similares obtidos	10.13	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	10.13	-3 191,19	-5 204,97
Resultados antes de impostos		23 673,81	-506 229,68
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		23 673,81	-506 229,68

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O PRESIDENTE

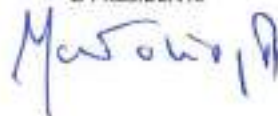
Demonstração Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		736 816,80	841 229,34
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		263 628,73	361 573,85
Pagamentos ao pessoal		613 700,89	506 268,64
Caixa gerada pelas operações		-140 512,82	-26 613,15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 447,35	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		186 834,21	141 572,66
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		42 854,04	114 959,51
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		39 541,67	6 509,16
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares			0,00
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-39 541,67	-6 509,16
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		42 804,26	46 119,45
Juros e gastos similares		3 291,23	5 204,97
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-46 085,49	-51 324,42
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-42 773,12	57 125,93
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		205 096,75	147 970,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período		162 323,63	205 096,75

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PRESIDENTE



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2020

Unidade Monetária: Euro

Descrição	Nota	Fundos Próprios atribuídos aos beneficiários de entidade não							Total	Total dos Fundos Próprios
		Reservas	Reservas Reguladas	Reservas Legais	Reservas de Avaliação	Outras variações nos fundos próprios	Resultados líquidos do período			
posição no início do período 2020	1		1.453.762,65			401.854,06		87.511,72	1.948.118,43	
alterações no período										
Prisila Colégio de Nova Agrupação Centralizada										
Alterações de política contabilística										
Diferença de transferência de demonstrações financeiras										
Reclassificação da reserva de reavaliação de ativos não financeiros e intangíveis										
Reclassificação da reserva de reavaliação de ativos financeiros intangíveis										
Aplicação de participações diluídas										
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios										
							295.961,88		295.961,88	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2						295.961,88		295.961,88	
RESULTADO ENTENDIDO	3									
OPERAÇÃO COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO	4									
Ferção										
Selções, depósitos e legados										
Outros empréstimos										
			(461.370,92)							
			(461.370,92)							
posição no fim do ano 2020	5	4.087,08	960.391,73				295.961,88	42.452,96	1.335.994,55	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O PRESIDENTE

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Unidade Monetária: Euro	
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Transitivos	Reservas	Resultados Transmigrados	Reservas legais	Excedentes de reservas revocáveis	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Intensivas minoritárias	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	4.987,96	-	-	992.591,73	-	-	229.381,86	42.452,56	1.335.944,55	-	-	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Reserva adoptada de novo estatuto contabilístico													
Aterropeio de custos contabilísticos													
Diferença de avaliação de investimentos financeiros													
Realização do excedente da reestruturação do grupo, após transferir o intangível													
Excedente de realização do excedente de realização de ativos, após transferir o intangível													
Alterações por reservas afetadas													
Outras alterações realizadas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	-	-	-	144.722,18	-	144.722,18	-	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								23.673,81	23.673,81			
RESULTADO EXTENSIVO	9-7+8								23.673,81	121.048,37			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Diferenças, alterações e legados													
Outras operações													
POSICÃO NO FIM DO ANO 2020	6+7+8+10	4.987,96	-	-	1.035.044,99	-	-	251.238,70	23.673,81	1.314.945,39	-	-	

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PRESIDENTE



CE NTRIG SOCIAL PAROQUIAL DE AVIDÓS
R. Manuel Correia Marques, 284
4615-503 673-665

José Rui Silva - CC 1122





Anexo**1. Identificação da Entidade**

O Centro Social Paroquial de Avidos é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 246 de 24/10/1998, Série III, com sede em Rua Manuel Correia Marques, n.º 248 Paróquia de São Martinho de Avidos. Tem como atividade Fundação para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio à Primeira Infância, através de Creche e Pré-Escolar
- Apoio à Juventude, facultando-lhe Cursos de Formação Profissional que lhe proporcione entrar no mundo do trabalho
- Apoio à Terceira Idade, através de lar de Idosos, Centro de Dia para Idosos, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Apoio Habitacional a Famílias Carenciadas.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2005 de 2 de Junho. No art.º 4.º da Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, refere os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades do sector não lucrativo, que são os seguintes:

- a) Anexo 11: Balanço, modelo ESNL;
- b) Anexo 12: Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- c) Anexo 13: Demonstração dos resultados por funções, modelo ESNL;
- d) Anexo 14: Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- e) Anexo 15: Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- f) Anexo 16: Anexo, modelo ESNL;
- g) Anexo 17: Pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação.

3.2.2. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivadas do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito das fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- Afetação aos fins referidas na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmas ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-2019
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 356 191,69	-	-	-	2 356 191,69
Equipamento básico	260 480,93	6 509,16	-	-	266 990,09
Equipamento de transporte	168 626,36	-	-	-	168 626,36
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	101 379,62	-	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
Total	2 910 416,58	6 509,16	-	-	2 916 925,74
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	324 909,30	-	24 791,87	-	349 701,17
Equipamento básico	236 688,30	-	28 865,41	-	265 553,71
Equipamento de transporte	120 667,96	-	15 614,80	-	136 282,76
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	87 883,99	-	5 526,61	-	93 410,60
Outros activos fixos tangíveis	7 973,97	-	-	-	7 973,97
Total	778 831,86	-	74 798,69	-	853 630,55

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-2020
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 356 191,69	46 072,62	-	-	2 402 264,31
Equipamento básico	266 990,09	-	-	-	266 990,09
Equipamento de transporte	168 626,36	-	-	-	168 626,36
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	101 379,62	-	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
Total	2 916 925,74	46 072,62	-	-	2 962 998,36
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	349 701,17	-	54 088,06	-	403 789,23
Equipamento básico	265 553,71	-	-	-	265 553,71
Equipamento de transporte	136 282,76	-	15 614,80	-	151 897,56
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	93 410,60	-	5 849,15	-	99 259,75
Outros activos fixos tangíveis	7 973,97	-	-	-	7 973,97
Total	853 630,55	-	75 552,01	-	929 182,56

g
P4A
C
R
A
A
A
A

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica "inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	116 996,45 €	145 836,41 €
Variações nos inventários da produção	- €	- €
Total	116 996,45 €	145 836,41 €

7. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	698 126,67	761 389,84
Quotas dos utilizadores	698 126,67	761 389,84
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	698 126,67	761 389,84

8. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2020, foram, 7 em cada período. De um período para outro não se verificou a saída de nenhum órgão diretivo.

Os órgãos diretivos do Centro Social Paroquial de Avidos não auferem qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	699 333,79	649 588,78
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	123 501,44	129 223,42
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 809,60	1 789,01
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	-	14 063,42
Total	824 644,83	794 664,63

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2020 a rubrica Utentes encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c	51 099,56	56 892,91
Clientes	-	-
Utentes	51 099,56	56 892,91
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	51 099,56	56 892,91

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2020	2019
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

10.2. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	-	-

10.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	4 275,85	2 904,84
...	-	-
...	-	-
Total	4 275,85	2 904,84
Rendimentos a reconhecer		
POPH	-	-
Em subsídios para investimento	-	-
...	-	-
Total	-	-

10.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	6 924,73	16 921,91
Depósitos à ordem	155 398,90	188 174,84
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	162 323,63	205 096,75

10.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	4 987,98	-	-	4 987,98
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	992 591,73	42 452,96	-	1 035 044,69
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	295 961,88	-	(44 722,18)	251 239,70
Total	1 293 541,59	42 452,96	(44 722,18)	1 291 272,37

10.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	51 099,56	39 134,14
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	51 099,56	39 134,14

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "P92", "C92", and several illegible signatures.

10.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 065,15	1 081,24
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	1 065,15	1 081,24
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 762,03	2 143,75
Segurança Social	12 120,94	16 603,24
Outros Impostos e Taxas	283,74	339,05
Total	14 166,71	19 086,04

10.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	40 920,69	-	47 230,16
Remunerações a pagar	-	40 920,69	-	47 230,16
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Outros credores	-	104 091,17	-	110 596,00
Total	-	145 011,86	-	157 826,16

10.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo	327 618,51 €	338 716,62 €
ISS, IP - Centro Distrital	310 586,91 €	338 716,62 €
ISS, IP - Centro Distrital - Covid-19	17 031,60 €	-
SubTotal	327 618,51 €	338 716,62 €
Subsídios de outras entidades		
IEFP	94 941,18 €	43 787,04 €
Autarquia	- €	- €
POPH	- €	- €
SubTotal	94 941,18 €	43 787,04 €
Total	422 559,69 €	382 503,66 €

10.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	-	-
Trabalhos especializados	10 823,62	12 414,31
Puplicidade e propaganda	1 412,97	135,00
Honorários	15 156,63	12 914,04
Comissões	-	-
Conservação e reparação	20 802,50	31 395,33
Serviços bancários	380,00	336,40
Materials	8 454,02	19 196,87
Energia e fluidos	-	-
Eletricidade	16 205,62	15 610,62
Combustíveis	7 097,75	10 091,13
Água	3 192,84	2 891,98
Outros - Gás	11 072,56	7 707,25
Deslocações, estadas e transportes	181,80	3 564,10
Serviços diversos	-	-
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	1 578,92	1 682,39
Seguros	11 469,24	7 986,84
Contencioso e notariado	147,00	174,18
Limpeza, higiene e conforto	61 248,89	58 044,15
Outros serviços	-	20,32
Total	169 224,36	184 164,91

10.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	92 596,29	171 360,32
Total	92 596,29	171 360,32

10.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2020	2019
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	-	741,36
Total	-	741,36

10.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:


Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 191,19	4 171,42
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	3 191,19	4 171,42
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(3 191,19)	(4 171,42)

10.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Avidos, 30 de Março de 2021



O Contabilista Certificado

A Direcção,



Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA INTRODUTÓRIA

Anexo elaborado de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL).

As posições não indicadas correspondem a situações não aplicáveis à Instituição ou a sua apresentação e divulgação não é relevante.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade:

Centro Social Paroquial de Avidos

NIPC: 503671665

Instituição de Solidariedade Social - IPSS

1.2. Sede e localização das instalações:

Rua Manuel Correia Marques, n.º 248

Avidos – V. N. Famalicão

4770-795 – Avidos

1.3. Natureza da atividade:

A atividade do Centro Social Paroquial de Avidos é desenvolvida nos termos dos estatutos da instituição, publicados no Diário da República n.º 246 de 24/10/1998, Série III, e tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio à Primeira Infância, através de Creche.
- Apoio à Terceira Idade, através de lar de Idosos, Centro de Dia para Idosos, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Apoio Habitacional a Famílias Carentiadas.
- Apoio à Juventude, facultando-lhe Cursos de Formação Profissional que lhe proporcione entrar no mundo do trabalho.

Para desenvolver estas atividades para os utentes a seguir discriminados, a instituição tem nos seus quadros os seguintes trabalhadores, por Resposta Social:

	ERPI	CAD	CD	CRECHE	DIVERSAS	TOTAL
UTENTES	37	27	18	35	4	121
PESSOAL	30	16	11	21	1	79

g
P42

A.C.
R. Silva
P. Silva
A.
A.
A.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Instituição, tendo por base de mensuração o custo histórico, e de acordo com as normas contabilísticas do Sistema de Normalização Contabilística-ESNL (SNC-ESNL), regulado pelos diplomas legais mais relevantes que se seguem:

- DL n.º 158/2009.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.
- Portaria n.º 218/2016 de 23/7.
- Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF - ESNL), aditada pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de junho.
- - NCRF-ESNL Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Entidades Setor Não Lucrativo.
- Aviso n.º 8257/2016
- Aviso n.º 8259/2016 de 29/07.
- Portaria n.º 220/2016, de 24/07.

Sempre que a NCRF-ESNL não respondam a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem à Instituição, em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fez-se recurso pela ordem indicada:

- Às NCRF e NI;
- Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
- Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

A data do Balanço é 31 de dezembro de 2020, e todas as informações se referem ao período de relato, que é o do Ano Civil de 2020.

Todos os montantes se encontram expressos em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício de 2020 são comparáveis às do exercício de 2019.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime do Acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação;
- Comparabilidade.

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a.1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor ou ao justo valor calculado com base em avaliações efetuadas por peritos independentes, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de

compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Instituição espera incorrer.

Os ativos adquiridos por meio de subsídios do governo são reconhecidos, de igual modo, pelo custo de aquisição ou produção.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, tendo em conta a sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	0 anos
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros activos fixos tangíveis	5 a 20 anos

Os terrenos não são amortizados por não sofrerem desvalorização pela utilização.

O edifício do immobilizado é o da sede e das instalações onde se desenvolvem as atividades da Instituição.

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho, ou a perda, resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

a.2) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação dos ativos são registados como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

a.3) Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Exceto quando sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos em que os custos são capitalizáveis.

a.4) Inventários

As mercadorias estão valorizadas ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui todas as despesas incorridas até à entrada em armazém.

Se o valor realizável líquido for inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

A reversão das perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressas na demonstração de resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

A Instituição utiliza o regime de inventário permanente.

a.5) Contratos de construção - Obras

A Instituição reconhece os custos das obras de acordo com a data da sua estrada em funcionamento se for uma construção nova, caso em que integra o imobilizado, ou quando a obra estiver completa se for arranjo, manutenção ou reabilitação, caso em que é considerada despesa corrente se não aumentar o período de vida útil e/ou não for considerada uma alteração significativa.

a.6) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade, com as especificações seguintes:

1. **Venda de bens:** o rédito é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- a. todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- b. a Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- c. os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

2. **Prestação de serviços:** o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as condições sejam satisfeitas, sendo usual o vencimento no final do Mês.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including "D.M.A.", "P.S.", "R.S.", "M.P.", "S.P.", "X", and "R".

3. Juros: o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efetivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade. Quando juros não pagos tenham sido acrescidos na aquisição, o recebimento subsequente de juros é distribuído entre os períodos pré e pós aquisição, a somente a parte pós aquisição é reconhecida como rédito.

a.7) Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à prestação de serviços decorrentes das respostas sociais convencionadas são reconhecidos como proveitos correntes.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados a investimentos no ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis, ou ativos intangíveis com vida útil indefinida, serão mantidos no capital próprio.

Subsídios do Governo reembolsáveis são reconhecidos como passivos, e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Outros subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

a.8) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas

dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

a.9) Imposto sobre o rendimento do período

O gasto referente ao imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente apurado.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Instituição de acordo com as regras fiscais em vigor.

a.10) Instrumentos financeiros

a. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período e as reversões nos rendimentos.

b. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O custo dos juros incorrido com empréstimos é reconhecido na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica).

c. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo valor do custo.

d. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos montantes líquidos de valores em caixa e nos depósitos à ordem.

a.11) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

a.12) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

a.13) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos funcionários incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, comissões e outras retribuições adicionais que forem decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

- a) As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

b) Outras políticas relevantes

As políticas contabilísticas apresentadas anteriormente foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF-ESNL. Na data do balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2. Alterações das políticas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas da Instituição.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

3.5. Estimativas

Os custos que pela sua natureza não foi possível atribuir em exclusivo a uma Resposta Social determinada foram repartidos por todas as Respostas Sociais com recurso a uma percentagem ponderada, calculada com base no nº de utentes, de funcionários de cada Resposta Social e da utilização das instalações e equipamentos, processo este também aplicado às receitas que não se destinavam a uma Resposta Social determinada.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. As bases de mensuração e os métodos de depreciação utilizados, bem como as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

4.2. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2019					
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-2019
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 356 191,69	-	-	-	2 356 191,69
Equipamento básico	260 480,93	6 509,16	-	-	266 990,09
Equipamento de transporte	168 626,36	-	-	-	168 626,36
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	101 379,62	-	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
Total	2 910 416,58	6 509,16	-	-	2 916 925,74
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	324 909,30	-	24 791,87	-	349 701,17
Equipamento básico	236 686,30	-	28 865,41	-	265 553,71
Equipamento de transporte	120 667,96	-	15 614,80	-	136 282,76
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	87 883,99	-	5 526,61	-	93 410,60
Outros activos fixos tangíveis	7 973,97	-	-	-	7 973,97
Total	778 831,86	-	74 798,69	-	853 630,55

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-2020
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 356 191,89	46 072,62	-	-	2 402 264,31
Equipamento básico	266 990,09	-	-	-	266 990,09
Equipamento de transporte	168 626,36	-	-	-	168 626,36
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	101 379,62	-	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
Total	2 916 925,74	46 072,62	-	-	2 962 998,36
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	349 701,17	-	54 088,06	-	403 789,23
Equipamento básico	265 553,71	-	-	-	265 553,71
Equipamento de transporte	136 282,76	-	15 614,80	-	151 897,56
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	93 410,60	-	5 849,15	-	99 259,75
Outros activos fixos tangíveis	7 973,97	-	-	-	7 973,97
Total	853 630,55	-	75 552,01	-	929 182,56

4.3. Restrição de titularidade de ativo fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Nada a referir.

4.4. Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2020 a Instituição não tem assumido qualquer compromisso contratual para aquisição de ativos fixos tangíveis.

4.5. Ativos fixos tangíveis expresso por quantias revalorizadas

A Instituição não possui ativos fixos tangíveis revalorizados.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável.

6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Durante o período de 2020 a Instituição não capitalizou custo de empréstimos obtidos.

7. INVENTÁRIOS

7.1. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, bem como a fórmula de custeio usada estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

7.2. Em 2020 e em 2019, os inventários da Instituição são detalhados conforme se segue:

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020

	2020			2019		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias			0,00			0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 784,54		3 784,54	5 073,63		5 073,63
Produtos e trabalhos em curso			0,00			0,00
	<u>3 784,54</u>	<u>0,00</u>	<u>3 784,54</u>	<u>5 073,63</u>	<u>0,00</u>	<u>5 073,63</u>

7.3. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2020 e em 2019 é detalhado conforme se segue:

	2020		
	Mercadorias	MP, Subsid. consumo	Total
Existência inicial		5 073,63	5 073,63
Compras		115 707,36	115 707,36
Regularizações			0,00
Existência final		3 784,54	3 784,54
Custo das merc. vendidas e das mat. consumic	0,00	116 996,45	116 996,45

	2019		
	Mercadorias	MP, Subsid. consumo	Total
Existência inicial		3 348,34	3 348,34
Compras		147 561,70	147 561,70
Regularizações			0,00
Existência final		5 073,63	5 073,63
Custo das merc. vendidas e das mat. consumic	0,00	145 836,41	145 836,41

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. As políticas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinação da fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

8.2. Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período

↓
P1A
P.5
R. Silva
DR
B
J
A

	2020	2019
Vendas		
Prestações de serviços	698 126,67	761 389,84
Susídios à exploração	422 559,69	382 503,66
Outros rendimentos	92 596,29	171 360,23
Juros		
Imparidades / reversões		
TOTAL	1 213 282,65	1 315 253,73

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões	2020			
	Início	Aumentos	Diminuições	Final
Impostos				0,00
Garantias a clientes				0,00
Processos judiciais em curso				0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais				0,00
Contratos onerosos				0,00
Provisões específicas do sector				0,00
Outras provisões	66 590,93	0,00	0,00	66 590,93
TOTAL	66 590,93	0,00	0,00	66 590,93

Foram criadas provisões no exercício de 2019, para fazer face às irregularidades detectadas na inspecção efectuada pelo Departamento de Fiscalização, Unidade de Fiscalização do Norte do Instituto da Segurança Social.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

10.1. A Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do governo e de outras entidades públicas:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2020			2019		
	Segurança Social	Município de V. N. Famalicão	IEFP	Segurança Social	Município de V. N. Famalicão	IEFP
Quantia escriturada no início	327 618,51		94 941,18	338 716,62		43 787,04
Reconciliação						
Quantia escriturada no final	327 618,51	0,00	94 941,18	338 716,62	0,00	43 787,04

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. As bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

11.2. Durante o exercício de 2020 e 2019, ocorreram os seguintes movimentos relativos aos Fundos Patrimoniais.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020

	2020			Saldo 31/12/2020
	Saldo 01/01/2020	Aumentos	Reduções	
Fundos	4 987,98			4 987,98
Resultados transitados	992 591,73	42 452,96		1 035 044,69
Outras variações de fundos patrimoniais	295 981,88		44 722,18	251 239,70
Resultado Líquido do período	42 452,96	23 673,81	42 452,96	23 673,81
Total dos fundos patrimoniais	1 335 994,55	66 126,77	87 175,14	1 314 946,18

	2019			Saldo 31/12/2019
	Saldo 01/01/2019	Aumentos	Reduções	
Fundos	4 987,98			4 987,98
Resultados transitados	1 020 445,15	-27 853,42		992 591,73
Outras variações de fundos patrimoniais	401 854,06		105 892,18	295 981,88
Resultado Líquido do período	-27 853,42	42 452,96	-27 853,42	42 452,96
Total dos fundos patrimoniais	1 398 433,77	14 599,54	78 038,76	1 335 994,55

11.3. Ativos financeiros dados em garantia ou penhor ou promessa de penhor. No exercício a Instituição não deu ativos financeiros em garantia ou em penhor.

11.4. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano.

a). Dívidas a instituições de crédito.

A instituição contraiu em 2016 um empréstimo bancário, destinado a liquidar os compromissos com o investimento no alargamento e melhoria das suas instalações, no Banco BPI, no valor de 300.000,00€, com um prazo de amortização de sete anos.

	2020		Total
	Corrente	Não corrente	
Financiamento bancário	130 117,75		130 117,75
Locações			0,00
Descobertos bancários			0,00
Total	130 117,75	0,00	130 117,75

11.5. A instituição tem os seguintes investimentos em Fundos:

- Fundos de compensação	-	10 628,79 €
- Quotas Centuris	-	250,00 €

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de funcionários ao serviço de Instituição no final do período foi de 79, e reparte-se do modo seguinte pelas Respostas Sociais. O número de utentes foi 121.

Valência	N.º Médio de funcionários
Creche	21
Serviço de Apoio Domiciliário	16
Lar de Idosos	30
Centro de Dia	11
Actividades diversas	1
Valência	N.º Médio de utentes
Creche	35
Serviço de Apoio Domiciliário	27
Lar de Idosos	37
Centro de Dia	18
Actividades diversas	4

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 30 de Março de 2021.

13.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

No período que decorreu entre 31/12/2020 e 30/03/2021 não foram detetadas quaisquer situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31/12/2020.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o art.º 2º do DL 534/80 de 7 de novembro, declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

Mais declaramos que, de acordo com o nº 1 do art.º 21 do DL 411/91 de 17 de outubro, não há débitos em mora a Segurança Social e não há acordos de pagamento celebrados com essa entidade.

A Instituição não possui sucursais.

15. OUTRAS DIVULGAÇÕES

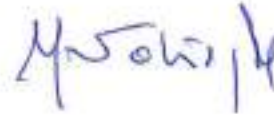
Nada a declarar.

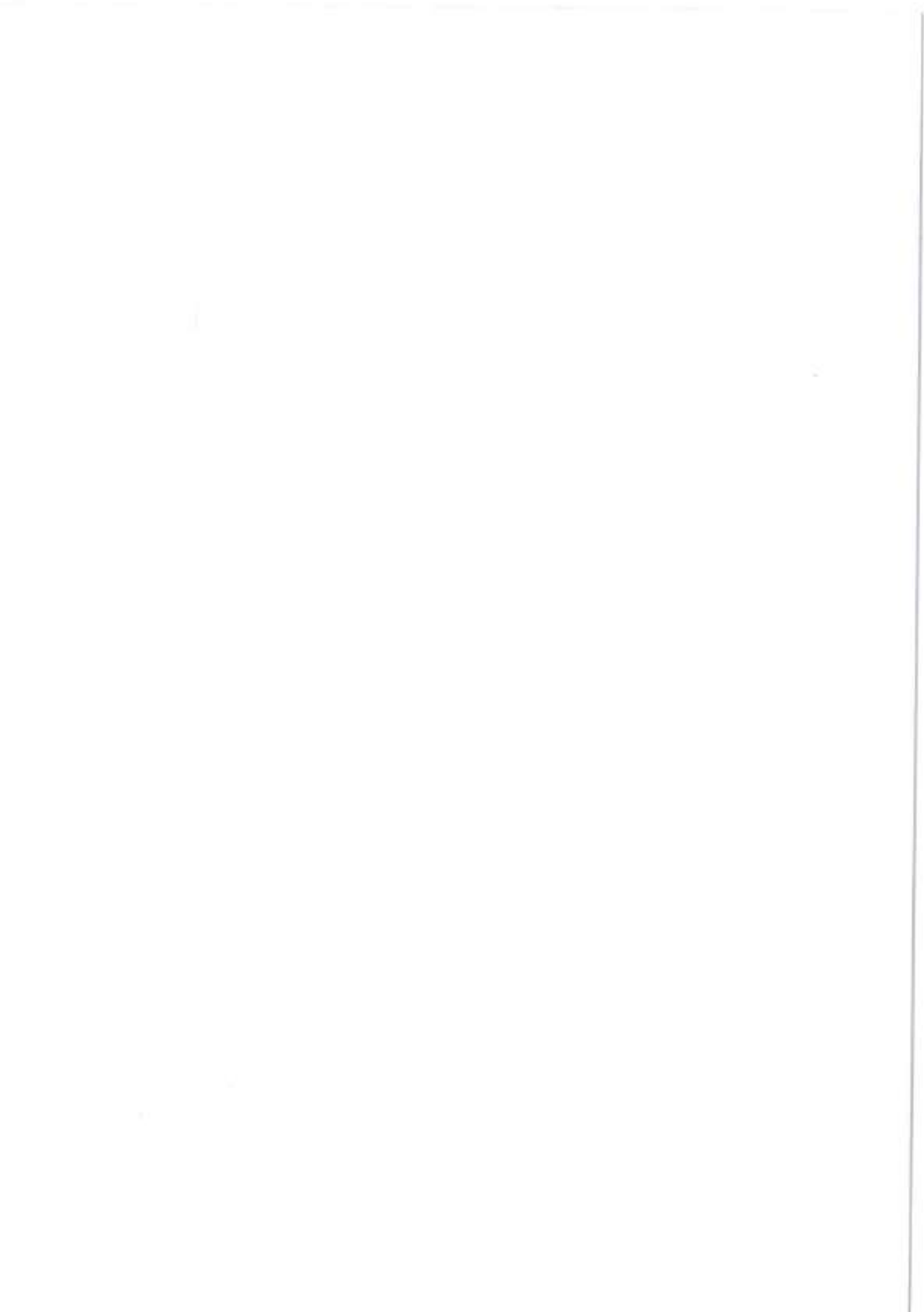
Avidos, 30 de Março de 2021.

O contabilista certificado



A Direção







PARECER DO CONSELHO FISCAL

No desempenho das suas atribuições conferidas pelo art.º 26º dos Estatutos do Centro Social Paroquial de Avidos, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2020 que lhe foram apresentadas pela Direção.

Entendemos que o Relatório de Gestão está corretamente elaborado e suficientemente desenvolvido, seguindo as orientações contabilísticas no que se refere às Instituições de Solidariedade Social, espelhando, com clareza, os pontos principais do ano em apreço.

Felicita a Direção pelo seu trabalho, sendo que as contas apresentam um Resultado Líquido positivo de **23.673.81€ (VINTE E TRÊS MIL SEISCENTOS E SETENTA E TRÊS EUROS E OITENTA E UM CENTIMOS)**.

Em consequência, o Conselho Fiscal tem o seguinte parecer:

- **O Relatório de Gestão e Contas do Centro Social Paroquial de Avidos merecem aprovação e o Resultado líquido deverá ser transferido para Resultados Transitados.**

Avidos, 30 de Março de 2021

O CONSELHO FISCAL

PEDRO MIGUEL FERNANDES SAMPAIO, Dr. – Presidente

ANTÓNIO JORGE FERREIRA DE SOUSA – Secretário

JOSÉ ANTÓNIO OLIVEIRA SAMPAIO – Vogal

THEORY OF THE ...

The first part of the theory is concerned with the ...

It is assumed that the system is in a state of ...

The second part of the theory is concerned with the ...

It is assumed that the system is in a state of ...

The third part of the theory is concerned with the ...

It is assumed that the system is in a state of ...

The fourth part of the theory is concerned with the ...

It is assumed that the system is in a state of ...

CONCLUSIONS

In conclusion, it is shown that the theory ...

The results of the theory are in agreement with ...

It is concluded that the theory is valid for ...